

MESA REDONDA V

GLOBALIZAÇÃO, ESTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO NACIONAL
EQUILIBRADO

COORDENAÇÃO DA MESA

Presidente:

Pedro Malan, Ministro da Fazenda.

Debatedores:

Paulo Souto, Governador da Bahia.

Roberto Macedo, Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos
Eletroeletrônicos.

Stahis Panagides, Vice-Presidente da Fundação Esquel.

Werner Bäer, Professor da Universidade de Illinois.

Pedro Malan

É uma satisfação estar aqui nesta série de eventos que comemoram o 45º aniversário do Banco do Nordeste do Brasil, instituição que todos nós aprendemos a respeitar e admirar ao longo desses anos e à qual eu desejo felizes próximos 45 anos.

Minha função aqui é apenas a de presidir a mesa, tentando apresentar um ar solene às excelentes intervenções que serão feitas e que se iniciam com o professor Werner Bäer, nome que dispensa apresentações, mas, para quem não o conhece: é PhD pela Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, professor de Economia da Universidade de Illinois, especialista com vários livros publicados sobre economia brasileira e, na verdade, eu diria que foi, provavelmente, o pioneiro dessa tribo que tanta contribuição deu à nossa reflexão sobre a experiência brasileira de desenvolvimento econômico e social – os brazilianistas. Werner talvez tenha sido o primeiro dessa estirpe, o que com toda razão deve orgulhá-lo.

Temos aqui o governador Paulo Souto, da Bahia, doutor em Geologia, professor universitário, conhecido de todos os presentes, que também terá algo a dizer sobre o tema da mesa redonda. E, por último, o Stahis Panagides, que também é um PhD em economia, vice presidente da Esquel e consultor internacional em Washington, com uma longa experiência em desenvolvimento econômico e social do Brasil e do Nordeste, em particular, na área da agricultura. Roberto Macedo, que não chegou ainda mas também integra a lista de expositores, é o presidente da Eletros, também tem mestrado e doutorado por Harvard, foi professor titular da Faculdade de Economia da USP, chegou a ser secretário de política econômica durante o ministério de Marcílio Marques Moreira.

Sem mais delongas eu gostaria de passar a palavra ao professor Werner Bäer, que fará a intervenção inicial, lembrando que cada expositor tem 10 minutos para sua apresentação. Werner, com a palavra.

Werner Bäer

Muito obrigado, ministro. Eu quero dizer que é uma grande honra ficar a seu lado e uma grande felicidade ver que tantos técnicos que já conheço há muitos anos estão sendo prestigiados no Brasil, como Dr. Malan, Osmundo Rebouças, Pérsio Arida, Roberto Macedo, e mesmo no Congresso, onde se encontram muitos colegas do passado que, para meu orgulho, estão muito ativos, como o Dr. Gonzaga, deste Estado, e a Dra. Cruzius.

Gostaria de, nestes 10 minutos, apresentar um sumário breve do lado positivo da globalização e em seguida fazer algumas provocações, mencionando problemas que a globalização poderia trazer para ambos, o Brasil e a América Latina em geral. Não há dúvida de que o lado positivo é a diminuição da proteção. O Brasil e outros países da América Latina estão se aproveitando dessa diminuição com o influxo de muitos bens, que estão fazendo concorrência às indústrias oligopolistas tradicionais, diminuindo os custos. Também estão aumentando o influxo de investimentos. É uma coisa incrível que no Brasil, em vez de um influxo anual de investimentos diretos de US\$ 1,5 a US\$ 2 bilhões, no ano passado chegou-se a US\$ 9 bilhões e este ano, talvez, US\$ 15 ou US\$ 16 bilhões.

Também não há dúvida que o Brasil está lucrando, assim como outros países da América Latina, com a diminuição dos custos de produção, com o aumento da qualidade e com a diminuição do atraso tecnológico. Também é evidente que esse influxo tremendo de investimentos estrangeiros está transformando um país como o Brasil numa grande plataforma de exportações para o Mercosul e talvez para o

resto do mundo. E está melhorando o serviço de infra-estrutura, com a privatização e a participação de capital internacional nessa privatização.

Agora, eu gostaria de fazer algumas provocações, que se aplicam não somente ao Brasil mas a toda a América Latina. Os que vêm de forma positiva chamam o que está acontecendo de globalização. A velha esquerda chamaria, talvez, de desnacionalização de muitos setores. Então o problema é saber até que ponto o processo é positivo ou negativo.

O ponto negativo, problemático talvez, é que essa globalização, essa entrada de capital, da participação de capital estrangeiro em muitos setores, poderia diminuir os centros de decisões do País, porque, sem dúvida, na maioria das multinacionais, o centro de decisões está na matriz. Eu pergunto simplesmente: será que a longo prazo isso é uma coisa positiva ou negativa para o País? Também na América Latina, não somente no Brasil, mas especialmente no Chile e na Argentina, com o influxo do capital, a participação de capital do setor industrial e de infra-estrutura está reforçando o poder dos grupos. Agora, especialmente nos países menores, como a Colômbia ou México, são praticamente grupos de famílias: uma ou duas famílias que têm vários hotéis, supermercados, indústrias de tecidos e, naturalmente, um banco; e geralmente o povo deposita no banco e quem recebe os créditos são, naturalmente, as indústrias ligadas a esses grupos. Isso é típico, especialmente, na Colômbia e no Chile. Não tanto no Brasil.

A grande pergunta é desafio para os economistas: será que está acontecendo ou aumentando uma economia de mercado, ou será que o aumento do poder oligopolístico desses grupos vai resultar numa outra maneira de alocar os recursos? Podemos usar argumentos positivos ou negativos, mas é um desafio que poucos economistas hoje em dia estão estudando.

Também vejo as vantagens do influxo de capital estrangeiro na privatização do setor de investimentos de serviços públicos; é uma coisa positiva, não há dúvida, mas do outro lado esses investimentos em serviços públicos vão ficar regulamentados. Então eu pergunto: qual é a maneira como eles vão ser regulamentados e até que ponto a regulamentação, a longo prazo, poderia criar conflitos? Porque no início do século, até a década de 40, a maior parte dos investimentos estrangeiros no Brasil e na América Latina foi exatamente na exploração de minas, de plantações e de serviços públicos. E será que os conflitos que vigoraram, digamos, nas décadas de 30 e 40 poderiam ressurgir? Talvez não, mas é uma coisa, francamente, que os estudiosos deveriam enfocar.

Outra coisa que é um desafio para todos os governos da América Latina é o fato de que se depende muito dos influxos de capitais. Hoje em dia, especialmente para um gigante como o Brasil, o Banco Mundial e o FMI não são tão importantes, porque os milhões e bilhões de dólares que estão chegando de investimentos diretos e empréstimos do setor privado internacional são muito maiores. Então o que eu pergunto, basicamente, é: até que ponto isso é uma coisa saudável? Até que ponto isso vai restringir o campo de manobra do tomador de decisões, dos governos, porque se não for aplicada uma política relativamente liberal, no sentido de mercado, uma política que não venha a ofender os interesses de muitos setores no resto do mundo, pode-se ferir, digamos, o influxo do capital.

Então, até certo ponto todos os países da América Latina, hoje em dia, que dependem do influxo do capital estrangeiro em investimentos diretos, restringirão, de uma certa maneira, o campo de atuação, especialmente em favor da melhor distribuição de renda, gerando algum tipo de política que poderia ser mal interpretada no exterior e diminuiria também o influxo de capital. Isso é basicamente uma provocação que eu quero deixar com vocês.

Há também o fato de que o mercado é rei, hoje em dia. O mercado determina a alocação de recursos. Então eu entendo, basicamente, que as forças de mercado que estão reinando na América Latina são o resultado, digamos, da abertura, da crise da dívida externa no passado etc. Mas uma coisa que acho interessante é que

a América Latina, especialmente o Brasil, é mais aberta hoje em dia que muitos países desenvolvidos. Parece que muitas vezes os Estados Unidos, os países europeus e o Japão estão nos dizendo na América Latina: faça o que eu digo e não faça o que eu faço. Quer dizer, o protecionismo nos Estados Unidos ainda é muito forte e mais ainda na Europa. Muitas restrições que vocês estão diminuindo aqui não estão sendo diminuídas nesses países. Isso é uma coisa que me deixa um tanto perplexo, porque a América Latina, de fato, está se curvando um pouco a esses países, enquanto os países avançados, de fato, estão se comportando de maneira não muito neoliberal.

E, finalmente, as implicações regionais das provocações que estou fazendo. Sobre esse assunto, minha atitude é a seguinte: se não houver uma interferência política, a distribuição regional da renda será necessariamente concentradora e sempre vai ficar assim. Agora, tomemos como referência o meu País, os Estados Unidos. A região problema dos Estados Unidos foi o Sul, que foi derrotado na guerra civil. Depois da guerra civil, a industrialização dos Estados Unidos se fez no Nordeste e também no Meio-Oeste. O Sul ficou atrasado e só na década de 30, com a TVA (Tennessee Valley Authority), o governo começou a investir mais, a melhorar, a modernizar a infra-estrutura do Sul do País.

Depois da segunda guerra mundial – e digo isso especialmente para os senhores senadores e deputados aqui presentes –, ocorreu um fato interessante: os senadores e os deputados do Sul dos Estados Unidos, como foram reeleitos especialmente pelo Partido Democrata, ano após ano, adquiriram um poder relativo muito grande e usaram esse poder para forçar o governo central a fazer uma grande parte dos seus gastos bélicos no Sul, como em Alabama, em Carolina do Norte e em outros estados. É assim que se modernizou e cresceu a indústria do Sul dos Estados Unidos.

Também foi por uma razão política que, depois, muitas empresas americanas se deslocaram para o Sul. Por que? Porque os sindicatos de trabalhadores ficaram muito fracos e ainda são muito fracos no Sul dos Estados Unidos. Então, o salário do trabalhador sulista é muito mais baixo do que no Norte e o resultado foi uma migração de muitas indústrias, do Norte para o Sul, mas a razão disso foi uma razão política.

Tomemos a Nasa, por exemplo, que manda pessoas à lua e a outros lugares. Por que a Nasa está localizada em Houston? Não necessariamente porque em Houston estivessem morando bons técnicos, mas porque lá havia um político chamado Lyndon Johnson, que ficou um senador poderosíssimo e chegou a presidente, e que usou sua influência para localizar essa indústria no Sul dos Estados Unidos, na cidade de Houston.

Então eu quero dizer o seguinte, embora talvez seja estranho para um economista dizer isso: se vocês querem mais equidade regional, não dependam só do mercado. Vocês têm que depender da força política e vocês políticos devem ser responsáveis, eu acho, para redistribuição da renda e de atividades econômicas neste país. Muito obrigado.

Pedro Malan

O professor Roberto Macedo, chegando atrasado, será penalizado sendo o próximo orador, estando limitado exatamente aos dez minutos que combinamos anteriormente. Professor Macedo.

Roberto Macedo

Senhor Ministro, meu amigo Pedro Malan, devo dizer que cheguei antes do senhor e, simplesmente, entramos por portas diferentes. Mas é um prazer estar aqui neste painel e à guisa de esclarecimento – aqui no meu currículo diz que eu

sou presidente da Indústria Brasileira de Eletroeletrônica e isso pode me dar problema com a ABINE – eu sou presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos. É só a parte de bens de consumo. Eu não sou presidente de indústria nenhuma, sou um empresário virtual, presido uma associação sem ser presidente de empresa. Devo dizer também que sou o Roberto Macedo de São Paulo e não o Roberto Macedo do Ceará, porque às vezes há confusão. Uma vez, na época ainda da ditadura militar, eu dei umas declarações contra o governo e colocaram a foto dele.

Pediram que eu viesse aqui falar em globalização, estabilidade e desenvolvimento nacional equilibrado. São aqueles temas que jogam para pessoas da área acadêmica. Este deve ter sido o Osmundo que inventou e nos deixa um desafio. Talvez como presidente dessa Associação, que lida inclusive com liquidificadores, eu possa misturar um pouco esses temas e sair com algum coquetel fácil de digerir.

Para vir para cá andei lendo um pouco sobre globalização, para me atualizar. Parece que o termo vem do Marshall MacLuhan, que criou aquela história da aldeia global e a coisa se desenvolveu muito pelo aprimoramento do comércio, dos meios de transporte, comunicações e hoje tem essa história aí da aldeia global, que se chama globalização. A questão que nós vemos nessa aldeia é que é uma aldeia ainda muito de caciques, não é uma aldeia de índios. A questão é se nós vamos chegar lá como caciques ou vamos ficar ainda como índios.

Lendo o Hobsbawm, que é um historiador inglês muito famoso, ele diz o seguinte: o problema da globalização é que ela é muito fácil, às vezes, para alguns indivíduos, para algumas empresas, indivíduos até privilegiados, mas é muito difícil aqui para o setor público. Esse, talvez, o grande problema da globalização aplicada a um país como o Brasil, porque o ajuste do setor público a essa economia globalizada é muito mais complicado e pode criar não só a questão da instabilidade mas também um desenvolvimento nacional desequilibrado; e eu vou abordar aqui a questão setorial pública e privada.

Agora, indivíduos globalizados são muito comuns hoje. Você tem indivíduos que navegam na Internet, seja por questão de comércio ou de estudo, que têm três PhDs, que são indivíduos globalizados. O PhD nacional é o “por hoje desempregado”, que é a figura do PhD que volta do exterior e não consegue emprego. Aliás, o Werner teve um grande papel na globalização da profissão de economista no Brasil, porque ele levou muitos estudantes – inclusive me ajudou também – para estudar no exterior e se tornarem indivíduos globalizados. Ganhou até uma medalha, uma condecoração nacional por causa disso.

Então é muito fácil essa globalização, para alguns indivíduos. Minha filha esses dias, estreou lá no Estadão publicando um artigo, fazendo uma resenha de um software chamado Corel Draw nº 7, e ela assinou o artigo como *web-design*, e eu perguntei: o que é isso? Ela disse: “ah, eu estou trabalhando agora com o desenho de *home-pages* na Internet”. É uma coisa totalmente nova até para mim, que não sabia o nome específico da coisa. Então, há uma série de pessoas que são internacionalizadas: pegam um avião e vão ao exterior, navegam na Internet, fazem transações financeiras e comerciais; então alguns indivíduos realmente são globalizados.

Para muitas empresas isso também é relativamente fácil. Eu sou parte de um setor, o eletroeletrônico de consumo, no qual nós temos empresas como a Sony e a Philips que são globalizadas já por definição. Elas têm suas matrizes no exterior, trazem produtos para cá e produzem aqui, com tecnologia internacional. Há também algumas empresas nacionais: a CCE, por exemplo, fabrica produtos semelhantes porque ela teve também acesso a essa globalização permitida pela tecnologia. A CCE pode produzir hoje um tv de 20 polegadas que é um produto quase uma *commoditie* internacional, não há complicação em produzir. Quem visita as fábricas de Manaus sabe que aquilo é mais ou menos quase tudo igual e é

um produto bem estandardizado. Há lugares aí em que você pode até escolher a marca que quer, inclusive no nosso vizinho Paraguai. Você pode escolher lá o tv e pôr a marca que você quer, eles pregam um plástico. Isso é verdade viu, Pedro. É até bom você saber disso. É um produto uma *commoditie*. E essas empresas se internacionalizam porque a tecnologia disso é acessível.

Mas o setor público tem uma dificuldade muito grande de se globalizar e é aí que eu vejo o problema. Nesse caso, estou de acordo com o Sr. Werner Bäer. Sou daqueles economistas que tiveram a ilusão de ir para Brasília acreditando que chegando lá, por ser PhD, o pessoal iria reduzir o déficit público. É muito bom que esta questão esteja hoje na mão dos políticos, pois só eles podem fazer. Você pode dar uns palpites, mas o pessoal é que tem que tocar o barco e resolver essa encrenca.

Mas o setor público brasileiro tem uma dificuldade enorme, ainda, de se adaptar à globalização. Está se adaptando. Até há pouco tempo não sabia nem emitir moeda, emitia uma moeda vagabunda. Ao longo da minha história – já sou um aposentado e vendo o painel anterior fiquei com vergonha, quase fui embora, porque o governador de Minas falou nos aposentados precoces e aquilo me tocou, porque sou mineiro e a vocação de mineiro é ser funcionário do Banco do Brasil ou professor, então acabei a carreira muito cedo –, com relação à moeda, eu conheci o Cabral, quando comecei a ver uma nota. Cabral ficou 30 anos na nota e também a Princesa Isabel, o Duque de Caxias, foram ficando 30 anos. Depois alguns caíram: Floriano Peixoto ficou 20 anos, Juscelino ficou 10, Castelo Branco ficou 5, no fim não tinha mais gente na história e o pessoal acabou apelando para poetas, artistas e até para personalidades do Nordeste: Câmara Cascudo virou nota, Castelo Branco, Portinari, todo mundo; então isso aí acabou também e no fim eles terminaram com a figura da baiana e do gaúcho e, não sei se Pedro Malan sabe, uma das razões pelas quais tivemos o Plano Cruzado foi que a Casa da Moeda cometeu a enorme ofensa de emitir uma baiana que valia dez gaúchos, aquela nota de 50. Isso é para manter vocês acordados, porque eu sei que está em fim de seminário.

Então, a grande dificuldade é ajustar o setor público a essa globalização. Você não tinha uma moeda, agora você tem; e alguns avanços estão sendo feitos, mais lentos do que muitos de nós desejaríamos: há problema sério de gestão, de reforma do Estado, de segurança, de infra-estrutura. Ainda há pouco eu estava vendo o painel anterior tocando nessas questões de gestão de servidores e no anacronismo que é a aposentadoria por tempo de serviço. Por exemplo, eu estudei nos Estados Unidos mas vim me aposentar aqui, pois aqui se aposenta mais cedo e lá eu não poderia me aposentar se eu fosse professor. Quer dizer, não é coisa globalizada esse processo que aconteceu aqui. Quando se conta lá fora a promoção por aposentadoria, o pessoal acha que é piada. Lá quem se aposenta tem o salário reduzido e esse é o padrão internacional, para não incentivar a aposentadoria. Quer dizer, aqui nós estamos totalmente na contramão, nessa questão de como um setor público típico administra sua força de trabalho.

Então, vendo essa coisa de globalização, acho que nós temos aqui na ponta indivíduos globalizados, empresas globalizadas, mas uma dificuldade muito grande de fazer a globalização do setor público. Eu me inspirei aí no Hobsbawm, para adaptar essas coisas aqui no Brasil. É preciso acelerar a questão da reforma do setor público, da reforma do Estado e também é preciso mudar até um pouco as crenças. Aqui, às vezes, tem gente que anda muito rápido nessa questão da globalização. Outro dia fui a Brasília, estava conversando com alguém do Governo – vou contar porque não posso contar lá fora –, e ele perguntou: por que a economia não está crescendo? Eu falei: Porque não está investindo. Ele continuou: Por que não está investindo? Eu disse: É porque o setor público não investe, o setor privado fica esperando o setor público se ajustar para investir. Ele disse: não, você não pode esperar mais o investimento do setor público, tudo agora tem que

ser feito pelo setor privado. Eu falei: olha, eu não sei onde tem isso. Eu não sei onde é que aprenderam essa coisa de dizer que o setor público não vai investir mais. Além de ele fazer investimentos que têm impacto sobre a produção – não diretamente, como empresários –, tem que investir em infra-estrutura, em educação, saúde, segurança. Prefeitura, por exemplo: ainda não conheço nenhuma prefeitura que pretenda privatizar cada rua e deixar uma cancela. Não existe, viraria um caos tremendo. Então tem gente aqui que avança demais na globalização. Acho que o sujeito entra em órbita e começa a falar besteira, achando que vai acabar com o setor público e não vai ter mais nada para o setor público fazer do ponto de vista de impacto na economia. Então há um exagero, também, por parte de muita gente. Mas eu insisto aqui e termino como o Werner Bär: o grande problema nosso está em acelerar esse ajuste do setor público, que é uma tarefa predominantemente dos senhores políticos. Eu sou daqueles economistas que acham que a economia é economia política, não é econômica, e é preciso fazer a armação política disso de uma forma muito bem feita. Mas se não houver esse ajuste do setor público no processo de globalização de uma forma mais acelerada – e aí eu retorno ao título inicial –, isso vai dificultar a estabilidade econômica e vai fazer o desenvolvimento contido, porque ele vai ser mais lento do que o seria caso fosse acelerado esse ajuste do setor público, e também desequilibrado, porque nós vamos ter um setor privado não só travado mas se desenvolvendo de forma desequilibrada em relação ao setor público. Foi essa a mistura que consegui fazer das palavras que me colocaram aqui como tema. Muito obrigado.

Pedro Malan

Eu gostaria de passar a palavra agora ao Exmo. Sr. Governador do Estado da Bahia, Dr. Paulo Souto.

Paulo Souto

Eu começaria dizendo que senti que a bancada nordestina ficou em êxtase, com os conselhos até um pouco belicosos do professor Werner com relação à sua participação política, e o ministro Pedro Malan, fleugmático. Já fiquei imaginando o que é que pode acontecer depois desses conselhos. De qualquer sorte, acho que foi uma colocação extremamente interessante e garanto que nós não vamos pedir para instalar indústria bélica. Nós ficaremos satisfeitos se forem facilitados, por exemplo, grandes projetos de irrigação e alguns projetos industriais, com investimentos privados, naturalmente, mas suportados por uma boa infra-estrutura econômica, tão importante para a região Nordeste.

Eu queria dizer também – aí um pouco na linha de provocação – que vou falar coisas aqui que certamente vão agradar ao ministro, embora eu tivesse todos os meios, todas as justificativas para hoje não fazer isso, porque estamos ainda sofrendo um pouco o impacto das perdas que nós ajudamos a aprovar, no Fundo de Estabilização Fiscal, fazendo isso conscientemente para o bem do Brasil, mas, de qualquer sorte, os estados realmente deixam de ganhar com isso, da mesma forma como estão demorando a recuperar as perdas resultantes do projeto, também muito bem colocado, do Imposto de Exportações sobre Bens Primários, e isso pode provocar até uma nova necessidade de ajuste em alguns estados. Mas, mas por outro lado, devo também reconhecer que o Governo Federal está fazendo enorme esforço, por exemplo, nessa nova etapa de renegociação da dívida com os estados, cuidando de resolver o problema dos bancos estaduais, o que implica efetivamente num esforço financeiro grande e que compensa um pouco esses outros esforços que estão sendo pedidos aos estados.

Mas eu quero voltar ao primeiro ponto e para chegar lá rapidamente acho que não vou usar nem dez minutos, porque dos três assuntos colocados vou tratar apenas de dois, pois entendo que a globalização já foi muito bem colocada. Gostaria de falar sobre a questão do desenvolvimento nacional equilibrado e dizer que até fiquei satisfeito porque algumas colocações que foram feitas aqui suportam um pouco as minhas idéias, no sentido de que esse desequilíbrio regional, que no Brasil é muito forte e que, graças a Deus, agora mostra alguma tendência de redução, conforme os últimos números, exige, evidentemente, um poder central forte. Eu acho que nós não podemos pensar numa redução mais acelerada desses desequilíbrios se não tivermos um poder central, ou seja, um governo federal, fortalecido do ponto de vista, eu diria, político e do ponto de vista econômico e financeiro. Este é um ponto importante porque, por maior que seja o esforço dos governos dos estados, é impossível, apenas com seus recursos, reduzir esses desequilíbrios, que são realmente muito fortes aqui no Brasil.

E ainda mais – isso também aqui foi colocado e é verdade – que, para certos setores, principalmente aqui no Nordeste, nós não podemos esperar, eu diria, milagres provenientes do setor privado, como elemento que substitua certos investimentos públicos. Isso certamente vai acontecer na telefonia, isso certamente está acontecendo nas empresas de energia elétrica – pelo menos nós temos uma boa expectativa de privatizar nossa empresa de energia elétrica até o final do mês –, mas há certos setores onde a substituição desses investimentos é difícil.

Agora mesmo, ministro, nós estamos fazendo uma primeira tentativa de realizar um processo de concessão de estradas na Bahia, numa área que nós acreditamos que tenha um bom fluxo de veículos, e nós já sentimos, pelos primeiros números, que vamos ter que fazer um método diferente; vamos ter que fazer uma concessão de subsídio mínimo, se não nós vamos incorrer na possibilidade de ter uma tarifa muito alta e comprometer um programa no seu início, o que não é interessante.

O que eu quero dizer é que, realmente, para nossa Região, embora seja evidente em algumas áreas a capacidade de termos investimentos privados, não há nenhuma dúvida que nós temos necessidade, ainda, de certos investimentos no setor público e parece que aqui os oradores que me antecederam falaram isso também de uma forma bastante clara. Por isso é necessário, realmente, um poder central fortalecido, com capacidade de investimento e com capacidade para ser o que eu chamo de um grande poder moderador do desenvolvimento entre as regiões fortemente desiguais do Brasil. E para que isso aconteça, esse poder central, como eu disse, tem que ser forte do ponto de vista político, fiscal e financeiro; e não há nenhuma dúvida que esse poder fortalecido depende muito do êxito do programa de estabilização que estamos vivendo na economia. Por isso acho que – essa parte deve agradar o ministro –, até para termos esse poder central fortalecido no futuro, todos temos que fazer um esforço e alguns sacrifícios, como estamos fazendo no presente, por parte dos estados, por parte dos municípios e, também, temos que falar muito claramente, por parte do próprio Governo Federal, que tem dado demonstrações fortes nesse sentido.

Com três anos de cultura não inflacionária, ninguém mais duvida que para se ter um governo forte é preciso continuar com essa política de estabilização. Acho que não há saudosista irresponsável da época da inflação. Outro dia eu reuni os prefeitos baianos principalmente para dizer a eles, pois alguns já tinham sido prefeitos na época da inflação, que agora é diferente. Antes, três meses corrigiam qualquer irresponsabilidade que se fazia, do ponto de vista de pessoal, do ponto de vista de investimentos etc, mas hoje é diferente. Nós martelamos tanto isso no início que nosso esforço parece estar surtindo algum efeito com relação às administrações municipais. Este é outro ponto importante relacionado com o poder público: nós só vamos conseguir dar um salto mais significativo no momento em que melhorarmos bastante a qualidade das administrações municipais. Acho que

essa é uma etapa futura que temos todos que perseguir, porque se não nós vamos estabilizar, eu diria, nesse salto de qualidade que, sem nenhuma dúvida, todos os estados brasileiros estão fazendo enorme esforço para conseguir.

Então, para ter esse poder forte é preciso persistir nessa política de estabilização, que, afinal de contas, pode levar a uma certa capacidade duradoura de investimentos do Governo Federal, dos estados e dos municípios. Daí essa relação, eu diria, extremamente acentuada entre a necessidade de preservar a estabilização e a esperança de ter realmente um poder central mais fortalecido, com maior capacidade de investimento e, portanto, com a condição de ser efetivamente um grande poder moderador desses enormes desequilíbrios que existem no Brasil e que precisam efetivamente ser amenizados.

Para concluir: já se disse aqui que a estabilidade depende muito dessas reformas que estão aí e eu acho que efetivamente depende, embora muitas vezes elas não sejam a panacéia que podem parecer para alguns casos. Mas são essenciais. Tomemos o problema da reforma administrativa: eu, por exemplo, não vou ter demissões dramáticas no meu Estado, mas é essencial que se tenha condição mínima de gerenciar o quadro de pessoal; se não há condição de gerenciar o que representa, às vezes, 70 ou 80% das despesas, isso significa impossibilidade de administrar. Não é simplesmente dizer que a reforma vai vir para provocar demissões, não é isso. Vai vir para dar capacidade de se administrar uma das despesas mais efetivas que existem nos estados, no poder público, que é a despesa com pessoal. Por isso, eu acho que essas reformas são essenciais.

Mas, no caso brasileiro – embora eu não seja economista e não entenda bem essas questões de causa e efeito –, eu vejo que um dos grandes desafios que nós temos a enfrentar é o desafio de aumentar as nossas exportações. Por tudo que está aí eu vejo que esse é um desafio essencial, para o qual todos temos que nos unir. Independente de outros ajustes que o governo venha a fazer em alguns aspectos de sua política macroeconômica, aumentar a nossa capacidade de exportar parece-me hoje, pelo menos de um ponto de vista empírico, pois sou apenas um observador dos fatos econômicos, uma questão essencial. E aí eu creio que poderia até haver um esforço conjunto do Governo Federal com os governos estaduais, para encontrar formas de criar condições mais propícias para aumentar as nossas exportações.

Naturalmente isso teria que contemplar vocações, capacidade de competição de cada uma dessas regiões brasileiras, mas acho que esse é um esforço que todos nós devemos fazer para os próximos anos e estou convencido de que, se nós pensarmos e agirmos conjuntamente, iremos certamente encontrar algumas formas de melhorar as nossas exportações, o que parece nesse momento uma condição absolutamente essencial para que nós continuemos tendo êxito nesse programa de estabilização, graças a Deus tão bem conduzido e que tem trazido tão bons resultados para o Brasil nesses anos.

Para encerrar, eu queria apenas dizer que fiquei extremamente satisfeito – e vou voltar a insistir nesse ponto de vista – quando o primeiro orador aqui falou na necessidade de nós termos capacidade política para reivindicar sobretudo coisas justas. Que é o que, graças a Deus, tem feito essa bancada nordestina, que eu acredito tem sido um exemplo para o Brasil, nesses últimos anos, de uma postura extremamente proativa em relação ao País, em relação à sua região. Bancada que tem colaborado e tem votado, às vezes até com dificuldades em relação às suas bases, projetos de interesse do Governo Federal e, portanto, de interesse do povo brasileiro, com absoluta convicção de que nós temos que fazer um esforço para continuar esse programa do presidente Fernando Henrique, que tem sido extremamente aprovado pela população.

Por isso, eu queria terminar aproveitando para dar o meu cumprimento a essa bancada do Nordeste e dizer que nós temos grande expectativa de que ela

continue fazendo esse papel tão destacado para o País e para a Região, nos últimos anos. Muito obrigado.

Pedro Malan

Queria agradecer a excelente intervenção do governador Paulo Souto, que foi música para meus ouvidos, e passar a palavra ao último apresentador desta tarde, o Stahis Panagides. Eu terei alguns rápidos comentários ao final, de elogio aos quatro participantes, obviamente.

Stahis Panagides

Stahis Panagides

Muito obrigado senhor ministro. Não sei se os organizadores – Dr. Osmundo, Dr. Byron – me deixaram falar por último pensando que eu, por ser de origem grega, fosse trazer alguma sabedoria grega nesse fórum, pois lamento informar que, com tanto conhecimento e tanta sabedoria aqui apresentados nos últimos dois dias, é difícil realmente melhorar o que foi dito. Mas, com sua permissão, eu gostaria de ler o que escrevi antes de chegar aqui, inspirado, confesso, se não na sabedoria, mas nas origens gregas e no meu amor pelo Brasil e pelo Nordeste, a que dediquei mais de 25 anos de minha vida profissional.

É para mim grande prazer participar deste insigne encontro e sinto-me honrado e agradecido pelo convite que me fez o Dr. Byron Queiroz, para estar hoje com vocês. Sendo grego e conhecendo tantos nordestinos que têm nomes gregos, eu sinto que poderia fazer meus comentários na minha língua materna, mas o que vocês vão ouvir é um português que puxa para o grego, mais isto não é tão ruim, considerando o tópico de globalização.

De fato, confirmo o que já foi dito em várias sessões anteriores, que a Globalização é um bom acontecimento para o Nordeste. Seria, de fato, inconcebível imaginar que a Região Nordeste pudesse resistir às tendências de uma integração crescente, tanto com o Brasil quanto com a economia internacional.

O que a Região deve fazer, e foi comentado várias vezes, é preparar-se para beneficiar-se da conjuntura globalizante, explorando as suas vantagens, e construindo a sua competitividade para o contexto global, evitando seus possíveis impactos adversos.

A globalização não deve assustar. O Nordeste já demonstrou sua capacidade de resistência e de adaptação em relação às secas e às crises econômicas do país e tem apresentado às vezes um crescimento anual do PIB regional igual ou superior ao crescimento médio brasileiro.

Este comportamento indica que o setor privado e a sociedade em geral (empresários, comunidade, indivíduos, famílias) têm forte capacidade para exercer papéis significativos neste processo de adaptação e de crescimento, demonstrando capacidades latentes e de resposta aos desafios externos.

A abertura, em minha opinião, chega num momento auspicioso de positivas transformações na Região. Uma destas é a transformação demográfica, que mostra, nos últimos anos, um declínio significativo da taxa anual de crescimento populacional do Nordeste, de quase 3% para 1,9%. A previsão de crescimento demográfico – em trabalho feito por Aridas, patrocinado pelo Ipea e que o senador Beni Veras apoiou – sugere que, até o ano 2020, a população nordestina chegará a

60 milhões de habitantes, um aumento de menos de 16 milhões sobre a população atual.

Esta situação indica um peso manejável para o desenvolvimento regional, se comparada com a gravidade do problema populacional de continentes como a África ou de países como a China. Recordemo-nos de que, nos Planos Decenais da década de sessenta – o senhor ministro pode recordar isso também –, a grande preocupação das projeções era o peso do crescimento demográfico.

Neste contexto, o desafio da globalização traduz-se muito mais em termos de qualidade do desenvolvimento do que de crescimento econômico. Isto é, a dificuldade maior estará na escolha do tipo de crescimento e na destinação dos benefícios do crescimento, do que em simplesmente aproveitar as oportunidades e possibilidades da globalização.

A experiência mundial e a teoria econômica nos indicam que, se permitida uma abertura baseada meramente na eficiência econômica e condicionada exclusivamente pelas forças de mercado e pelos padrões atuais de divisão da riqueza, o resultado seria um uso de recursos naturais e uma distribuição de benefícios sociais e econômicos politicamente inaceitáveis. No mínimo, conduziria, ao meu ver, a consequências ambientalmente insustentáveis.

Analisando com mais fundamentos esta tendência, e as consequências da inevitável e desejável, ao meu ver, inserção da economia do Nordeste na economia internacional, verificamos que a formação histórica da Região levou a uma distribuição da propriedade dos fatores de produção (terra, capital - incluindo o capital humano -, água, etc.) que, se mantida com a globalização, causará desequilíbrios econômicos, sociais e políticos insustentáveis.

É por isso que, ao meu ver, o crescimento nacionalmente equilibrado e eqüitativo deve constituir o objetivo central da estratégia do desenvolvimento do Brasil, para que se possa desfrutar dos benefícios da globalização.

Permitam-me compartilhar com vocês o que eu considero elemento fundamental para o aproveitamento da globalização de forma sustentável: o fortalecimento e a contribuição da sociedade civil.

Darcy Ribeiro, no seu livro O Povo Brasileiro, depois de elaborar uma profunda análise da formação do País, conclui fazendo um contraste entre o Brasil e outras nações do Novo Mundo, como os Estados Unidos, Canadá e Austrália, segundo ele “...meros transplantes da Europa...”, dizendo que “...somos povos ainda novos na luta para nos fazermos a nós mesmos..”. Ele diz ainda que, “na verdade das coisas, o que somos é a nova Roma. Uma Roma tardia e tropical”. Ele faz uma concessão àqueles meros transplantes da Europa. Ele fala: “às vezes se fazem criativos, reinventando a república e a eleição grega”, pensando mais do que tudo na profunda influência dos clássicos na criação dos Estados Unidos.

No meio destas profundas observações, permitam-me emendar que uma condição essencial para que se aproveite melhor a inevitável e, em grande medida, desejável globalização, é precisamente que o Brasil – e o Nordeste em particular – reinventem a “eleição grega”.

No nosso atual contexto nacional e regional, esta “eleição” significa tornar a cidadania cada vez mais participativa, mais ampliada, mais abrangente, solidificando sua sociedade civil como elemento essencial do tripé Estado - Mercado - Sociedade. É assim que se pode conquistar o Desenvolvimento Nacional Equilibrado.

Sem a forte participação da sociedade civil nos processos de decisão e de fiscalização da implementação das políticas do Estado, a globalização e a abertura poderiam nos trazer a eficiência econômica, mas ficariam longe de propiciar a equidade ambiental, social e a sustentabilidade política.

Esta afirmação se baseia na história da nossa civilização ocidental, onde se observa que o aumento dos níveis de produção, de produtividade e de eficiência econômica não resultaram em aumentos do bem-estar nem na redução do desemprego em prazos politicamente aceitáveis. Ao contrário, a experiência mostra que o desenvolvimento econômico a longo prazo é normalmente conquistado nas sociedades onde é dada a oportunidade de desenvolvimento humano com alto grau de participação na vida das nações.

A Sociedade Civil exerce papel fundamental no desenvolvimento das nações, como mostra a obra clássica de Alexis de Tocqueville, Democracy in America¹, uma das obras mais citadas quando se analisa o papel da sociedade civil na formação dos Estados Unidos. O trabalho mais recente do Professor Robert D. Putnam, Making Democracy Work: Civil Traditions in Modern Italy, revela e confirma a importância da “comunidade cívica” para um bom governo local e para a prosperidade econômica na Itália, fazendo um contraste entre as várias regiões italianas – uma análise, a meu ver, de bastante relevância para o Brasil.

1 Alexis de Tocqueville, *Democracy in America*, Perennial Library, Harper and Row, Publishers, New York, 1988.

O que se conhece menos é o papel da sociedade civil nos países Latino Americanos e no Brasil em particular. Num trabalho pioneiro da Fundação Grupo Esquel sobre o assunto, surpreendeu a constatação de uma rápida expansão de Organismos Não Governamentais (ONGs) – uma das expressões mais modernas da sociedade civil. No Brasil existiam 1.041 ONGs em 1986. Este número hoje está estimado, dependendo das fontes, em 35 mil! Nos Estados Unidos, acrescente-se, é um milhão e meio.

Na área de saúde, o trabalho da Pastoral da Criança, já foi citado anteriormente e que começou em 1983, está considerado como principal ator na queda de mortalidade infantil no Brasil nos últimos anos, atendendo a milhares de crianças e famílias em todo o País.

Aqui no Ceará, a experiência da parceria Estado e sociedade civil com o Grupo Multi-Participativo da Barragem do Castanhão é outro exemplo da capacidade existente latente da sociedade de construir o seu futuro de forma participativa e, em consequência, mais sustentável. Um exemplo inovador, que faz com que o Ceará mereça a fama de “Bom Governo nos Trópicos”.

Neste contexto, devo parabenizar o nosso aniversariante, o Banco do Nordeste do Brasil, destacando sua estratégia de programas pioneiros que, por um lado, sabem aproveitar a globalização e a abertura, captando expressivos recursos no exterior (quase um bilhão de dólares nos últimos anos), e que, por outro lado, promovem programas de desenvolvimento socialmente equilibrados, coerentes com o fortalecimento da Sociedade Civil. Com o programa Agentes de Desenvolvimento, que foi bem apresentado aqui, o Banco procura fomentar o

¹ Alexis de Tocqueville, Democracy in America, Perennial Library, Harper and Row, Publishers, New York, 1988.

acesso aos seus serviços para os que tradicionalmente ficam à margem dos seus programas.

O seu Programa Piloto de Microcrédito, que oferece serviços financeiros a um público atualmente marginalizado do setor financeiro formal, através de mecanismos inovadores, diferentes dos adotados atualmente pelo Banco, é outro indicativo da sadia e inequívoca estratégia do Banco para alcançar um desenvolvimento socialmente equilibrado.

É por observar tais e tantas iniciativas que sou otimista em relação aos efeitos da globalização no Brasil e no Nordeste, e que concordo com o Darcy Ribeiro. “Precisa agora sê-lo no domínio da tecnologia da futura civilização, para se fazer [o Brasil] uma potência econômica, de progresso auto-sustentado” ... “para florescer amanhã como uma nova civilização...” Muito obrigado.

Pedro Malan

Eu acho que nós tivemos quatro curtas mas excelentes intervenções, várias marcadas por um excelente sentido de humor, que é um superior indicador da inteligência humana. Eu não gostaria de me estender em demasia porque o tempo é curto, o vice-presidente da República deve chegar a qualquer momento, e eu deverei falar algo sobre o mesmo tema deste painel na cerimônia de encerramento, que se realizará em seguida, presidida pelo vice-presidente.

Mas eu não posso me furtar de fazer um comentário rápido sobre as intervenções feitas, que, pelo menos a meu juízo, têm uma grande convergência, embora possa parecer o contrário para alguns dos observadores talvez menos atentos.

O Werner chama a atenção para algo que hoje é conhecido como parte integrante de qualquer análise séria sobre esse fenômeno da globalização: é que ela abre oportunidades por um lado e por outro lado coloca problemas, desafios, riscos, vulnerabilidades que são parte integrante do processo. Não vou me estender aqui sobre todos os riscos e desafios que ele mencionou de passagem. Devo dizer que alguns não me preocupam nem um pouco. Por exemplo, essa questão de centros de decisão sobre estratégia empresarial da empresa específica localizada no exterior não me preocupa, como não preocupava um dos maiores e mais influentes economistas de esquerda neste Brasil, que se chama Inácio Rangel, que tinha uma visão muito clara, com nenhum sentimento de inferioridade, com nenhum sentido de que nós estávamos pobres coitados, vítimas passivas de decisões tomadas no contexto fora do espaço nacional.

Eu acho que o Brasil mudou tanto, está mudando e mudará, que não tem mais sentido posturas de complexos de inferioridade dessa natureza, de nos considerarmos vítimas de decisões tomadas alhures. Por trás dessas preocupações, dessas como a de mercado, como a de protecionismo também, tem uma grande questão, que foi a questão que o Roberto Macedo mencionou aqui também e está subjacente ao que disseram o governador Paulo Souto e o Panagides: como dotar o Estado, torná-lo moderno, eficaz, eficiente na regulação da competição, na regulação da concorrência, na defesa dos direitos do consumidor, na defesa do exercício de cidadania, nestas outras instâncias (permitir que surjam essas outras instâncias da sociedade civil a que se referiu aqui o Panagides), para que nós não fiquemos apenas com o Estado de um lado e o mercado de outro, e essas instâncias vêm surgindo e continuarão surgindo, expressão viva da complexidade, da diversidade da nossa sociedade.

Sobre a questão de preocupações com o protecionismo, tal como praticado alhures, que existem, como disse o Werner, recordo o que falava um velho economista da década de 40, Rosestand Holden, referindo-se ao protecionismo em

tom de brincadeira. Ele dizia: os puritanos pecam tanto quanto os não puritanos, eles apenas parecem derivar menos prazer deste fato.

Olha, existe protecionismo sim, barreiras não tarifárias ao comércio, nos Estados Unidos, Europa e Japão. Nós temos que lidar com eles não através de discursos puramente emotivos, em palanques, em praça pública, mas procurando entender como lidar com eles, usando os mecanismos disponíveis no âmbito da organização mundial de comércio como eles fazem, entendendo detalhadamente qual é o mecanismo através do qual opera aquele protecionismo, para que se possa denunciá-lo e trabalhar contra ele nos foros apropriados.

Esse tipo de coisa também está acontecendo no Brasil. Da mesma forma eu notei aqui o entusiasmo com que foram recebidas (e o governador também notou) as sugestões do Werner sobre os exemplos de como essas questões foram equacionadas em alguns países. E nós conhecemos a experiência bem sucedida do Tennessee Valley Authority nos Estados Unidos, a não tão bem sucedida assim, mas caminhando na mesma direção, do Mezzogiorno, que é o Sul da Itália, no imediato pós-guerra; sabemos que, em sua criação e ao longo da sua vida, a União Européia procurou realizar transferências para regiões menos desenvolvidas da região. Conhecemos também, quero crer, a nossa própria experiência: o que foi a criação do Banco do Nordeste, do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, liderado por Celso Furtado, do qual saiu a proposta da Sudene, hoje necessitada de profunda revisão, a meu ver; do que foi o mecanismo de aumento continuado ao longo das últimas décadas das transferências do Governo Federal para estados e municípios, que no início dos governos militares eram menos de 10% e hoje são 50% de Imposto de Renda e IPI que são transferidos, sem contar as transferências não constitucionais e os gastos do governo; porque, como nós não cansamos de afirmar, a União não gasta na União, pois ela não é um espaço territorial definido; todos os gastos são feitos em municípios, que, por sua vez, são estados. Portanto, todos os gastos do Governo Federal, da União são feitos em estados e municípios e cresceram muito ao longo das últimas décadas, é forçoso reconhecer, qualquer que seja o indicador que se tenha.

Eu acho que a questão fundamental foi colocada com clareza pelo professor Roberto Macedo. Este processo de integração com a economia mundial, na dimensão comercial, financeira, investimento direto, tecnologia e essa série de outras interações a que fez referência o Panagides, na verdade vem ocorrendo e terá continuidade; ele é inexorável.

O que está atrasado nessa integração – atrasado, quero sublinhar – é o processo de modernização do Estado, de aumento da eficiência operacional do setor público nos três níveis de governo; é um processo de redução do déficit fiscal consolidado do governo, é o processo de dotar o Estado de capacidade de responder às demandas que lhe faz a sociedade por provisão de bens e de serviços públicos; é a continuidade do processo de privatização, é a continuidade do processo de reformas e de mudanças, porque nós somos uma excrescência no mundo, vamos falar com clareza. O Macedo, apesar de ter se aposentado aos quarenta e poucos anos, sabe que não existe país nenhum do mundo que permita servidor se aposentar com quarenta e poucos anos de idade e, com muita frequência, levar para casa salário superior àquele que tinha quando estava na ativa, e que, seguramente, não contribuiu para as próximas décadas em que estará necessitando de recursos públicos, que são pagos pelo povo. É a sociedade em seu conjunto que paga essa grande injustiça social e isso terá que ser mudado sim, não tenhamos ilusões. Se não for agora, nesta rodada, será em rodadas futuras, porque o sistema atual é inviável, atuariamente, e é injusto do ponto de vista social. Portanto, nós brasileiros teremos que mudá-lo em algum momento, não tenhamos ilusões.

Da mesma forma, é inviável, como o governador mencionou aqui, a situação de governadores estaduais hoje convertidos à situação de gerentes de folha de pessoal. Os recursos para investimento, tão necessários e tão demandados, não se realizam porque são exclusivamente responsabilidade do Governo Federal. São responsabilidades do Governo Federal sim, mas também o são de estados e municípios, e não é possível fazê-los quando 80, 90 ou, em alguns casos, 100% da renda total, aí incluídas as transferências governamentais, são absorvidas em folhas de pagamento, convertendo o governador num mero gerente de folha de pagamento de pessoal, que claramente não foi aquilo que ele esperava, quero crer, quando se candidatou à governança de um estado.

Portanto eu acho que o Roberto Macedo chamou a atenção com propriedade, e o governador endossou isso direta ou indiretamente, que a questão fundamental é a preservação do processo de estabilidade do poder de compra da moeda nacional, e o avanço nesse processo de modernização do Estado, nos três níveis de governo, sem o qual nós não conseguiremos fazer aquilo que é o objetivo: reduzir as nossas flagrantes disparidades, não só na distribuição pessoal da renda, como também na distribuição regional da renda, que é o tema relevante dessa discussão. Eu vou tratar esse tema na intervenção que farei daqui a pouco, de modo que peço perdão por não me estender aqui em demasia.

Quero concluir agradecendo a presença de todos e dizendo que, apesar de cada um com seu estilo, de uma forma distinta, eu acho que todos chamaram a atenção para o fato de que essas palavras aparentemente não relacionadas, como essa nossa integração com o resto do mundo, a estabilidade da moeda e o desenvolvimento nacional equilibrado do ponto de vista econômico, social, político e regional, que são o tema que interessa à discussão de hoje, dependem de maneira absolutamente essencial, hoje, da nossa capacidade de modernizar o nosso setor público e torná-lo capaz de responder às demandas, não do resto do mundo, mas dos brasileiros, quanto a um setor público mais eficaz e mais eficiente, em particular na área social, que é onde residem as grandes demandas hoje. Isso não depende apenas de governo federal. Isso depende das administrações federal, estadual e municipal, com o caráter cooperativo a que fez referência, tão bem, o governador Paulo Souto.

De modo que eu queria agradecer a presença dos quatro painelistas, esperando que tenha sido tão útil para os presentes como foi para mim ouvi-los, e declarar encerrado este painel.